

APRESENTAÇÃO

Presentation

Neste tempo em que assistimos ao recrudescimento da lógica neoliberal com seus inevitáveis reflexos nas políticas públicas, movimentos sociais, Direitos Humanos e na própria soberania nacional, este número 243 dos Cadernos do CEAS apresenta dez trabalhos que nos permitem refletir sobre o cenário atual e problemáticas que, atravessadas por variáveis de gênero, religiosidade, etnicidade e raça, ainda persistem e demandam os necessários enfrentamentos.

Iniciamos com o artigo intitulado “O sistema financeiro como instrumento para a redução da desigualdade de renda do Brasil (1995-2014)” no qual os autores Chinara Mendes Schinaider e Luccas Assis Attílio, a partir de uma perspectiva mais teórico/técnica, propõem-se avaliar se o mercado financeiro pode, efetivamente, servir como instrumento no combate à disparidade de renda. A partir da análise da literatura relativa ao tema, juntamente com análises quantitativas de variáveis relevantes para compreender o processo de equalização da renda, os autores avaliam a atuação do setor financeiro brasileiro, no período de 1995 a 2014. Em suas conclusões, apontam que, apesar de algumas imperfeições, as políticas voltadas para a oferta de crédito impactaram positivamente na vida da população mais pobre, confirmando a ideia de que o crédito se constitui importante ferramenta para garantir uma maior equidade na distribuição de renda em nosso país.

Mas a história é processo dinâmico... Assim, no artigo “O Ajuste Neoliberal Contra a Democracia Social: o contexto de 2015-2016, no Brasil”, a autora Anete B. L. Ivo, compreendendo políticas sociais como mediadores institucionais que, num regime capitalista, buscam atenuar as assimetrias entre a sociedade e mercado, reduzindo as desigualdades e garantindo seguridade econômica como direitos da cidadania, discute programas de transferência de renda (PTR) e como eles influenciam a legitimidade dos governos e a subjetividade dos beneficiados. Relacionando as conjunturas nacional e internacional, a autora produz reflexões sobre nossa história recente a partir do golpe parlamentar, no polêmico *impeachment* da Presidenta Dilma Roussef, ao qual se seguiu um processo de desconstrução institucional dos direitos sociais constitucionais e a desregulação do patrimônio público e natural em favor das corporações econômicas. Reflete sobre como

este novo cenário aprofundou processos de exclusão e dessocialização social de uma grande maioria da população, apontando a urgência do estabelecimento de novos pactos na democratização do poder

Seguem-se alguns artigos que refletem sobre a conjuntura brasileira num enfoque mais voltado às variáveis de gênero, raça e etnia.

No artigo “Dinâmicas de Gênero, Emprego e Trabalho”, a Profa. Iracema Brandão Guimarães, apoiando-se num conjunto significativo de dados estatísticos, analisa o acesso das mulheres ao mercado de trabalho ao longo das últimas décadas no Brasil. Em suas reflexões, a autora aponta que as transformações socioeconômicas e suas características locais vêm aprofundando a questão da informalidade, precarização e divisão sexual do trabalho. Diante da crise vivenciada, a autora chama a atenção para a necessidade de se combinarem mudanças dos marcos regulatórios do trabalho com políticas públicas de caráter universal, que ampliem as oportunidades de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Tais políticas deveriam vir acompanhadas por propostas de expansão das creches e pré-escolas de modo a possibilitar que mulheres das camadas populares conquistassem as condições necessárias para desenvolver atividades de pequenos negócios.

No artigo intitulado “Resistencia: o caminho para o enfrentamento às diversas formas de violência que impactam a vida das mulheres negras”, a Profa. Dra. Valdenice José Raimundo se propõe refletir sobre a resistência das mulheres negras frente ao racismo e às demais violências a ele associadas. A autora traz à tona as estratégias que foram e vêm sendo historicamente utilizadas para o enfrentamento às situações impostas às mulheres negras, numa sociedade organizada a partir das hierarquias dos povos que constituíram o Brasil.

Também versando sobre a realidade da mulher negra, o artigo “Saúde da Mulher Negra Brasileira: a necessária intersecção em raça, gênero e classe”, da Especialista Silvana Silva do Nascimento, discute estar a possibilidade de saúde ou adoecimento da mulher negra, necessariamente, atravessada por questões de raça, gênero e classe social. O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa exploratória, composta por levantamento bibliográfico e documental, a qual sugere uma “feminização da pobreza”, apontando que variáveis sociais, econômicas, políticas, e culturais têm contribuído para tornar a mulher negra mais suscetível a algumas doenças

Por sua vez, o artigo “Mulher Indígena: Resistência em Tempo de Retrocesso de Direitos”, elaborado pela Profa. MSc. Valdênia Brito Monteiro, fundamentando-se na ideia

da colonialidade do poder e na necessidade de (re)pensar os direitos humanos de forma descolonial, reflete sobre as lutas das mulheres indígenas e busca apontar estratégias contra hegemônicas que possam enfrentar os retrocessos evidenciados.

É também sobre questões de gênero e lutas que, necessariamente, precisam ser travadas que reflete o artigo “O orçamento da mulher no município de Salvador: um estudo de caso sobre a alocação de recursos para políticas públicas de gênero e para as mulheres” das autoras Márcia Esteves de Calazans e Graciela Oliveira Coutinho. As autoras partem do pressuposto de que o orçamento público, mais que uma peça contábil, constitui-se num importante instrumento de política pública, na medida em que permite compreender e mensurar a importância dada a cada política, e visualizar a força exercida pelos atores sociais envolvidos em seu processo de elaboração a partir da alocação de recursos. Aplicando o método de estudo de caso, as autoras se propõem analisar como as políticas públicas de gênero e para as mulheres foram inseridas no planejamento orçamentário do município de Salvador, no período de 2006 a 2017, a partir da alocação de recursos para a execução das políticas para mulheres e de gênero no Plano Plurianual (PPA). A análise demonstra o quanto ainda há para ser feito para que possamos falar em equidade de gênero, pois, embora institucionalmente o município adote a perspectiva de gênero, as políticas públicas inseridas nas leis orçamentárias do Município não vêm considerando as diversidades sociais entre homens e mulheres. Desse modo, os recursos alocados são inferiores ao definido no planejamento orçamentário, o que, na concepção das autoras, evidencia uma ausência de acompanhamento pelo movimento social do processo de elaboração orçamentária.

Em seguida, temos dois artigos que nos permitem refletir sobre a realidade dos Povos Tradicionais no atual contexto brasileiro.

O artigo “Monitoramento sobre as Terras Indígenas em Pernambuco: diagnóstico sobre o direito de propriedade indígena”, do MSc. Luis Emmanuel Cunha e do Graduado em Relações Internacionais Jerfferson Amorim Souza, traz o resultado parcial de um projeto que, organizado em três fases, propõe-se monitorar, ao longo de 15 anos, o processo de demarcação de terras indígenas no Estado de Pernambuco, Brasil. O artigo apresenta os resultados da 1ª fase que buscou elaborar um diagnóstico da situação atual, a partir da identificação dos atos processuais, via análise legal, na identificação dos povos indígenas que reclamam a propriedade de suas terras ancestrais e na avaliação do estado atual dos processos de demarcação via informações acessadas junto à FUNAI e à sociedade civil

organizada. Em suas conclusões, os autores apresentam os resultados deste diagnóstico e apontam os necessários encaminhamentos a serem realizados pelo Governo Federal.

O artigo “Indicadores de Bem-estar para Povos Tradicionais (IBPT): Centro de Umbanda Xangô da Mata Virgem”, elaborado coletivamente por Everson Jaques Vargas, Luiz Felipe Barbosa Lacerda, Sueli Angelita dos Santos, Adevanir Aparecida Pinheiro, Inácio José Spohr, João Batista dos Santos, versa sobre o projeto de aplicação dos Indicadores de Bem-estar de Povos Tradicionais (IBPT) no Centro de Umbanda Xangô da Mata Virgem, Terreiro tradicional fundado em 1997, na cidade de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Os dados foram sistematizados no NEABI (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas) – UNISINOS - São Leopoldo, razão pela qual o artigo inicia com uma breve reconstituição da história desse Núcleo, que, ao longo do tempo, vem reafirmando seu compromisso com a defesa dos direitos da população negra e indígena da região. O artigo nos permite vislumbrar os desafios enfrentados pelos povos de Terreiro em todo o Rio Grande do Sul e seu protagonismo na luta e resistência pela manutenção das culturas ancestrais da nossa própria história.

Esta edição se encerra com a entrevista realizada com Rubem Siqueira, da Comissão Pastoral da Terra – Regional Bahia e Coordenação Executiva Nacional. Nela encontramos dados que demonstram que estes tempos inóspitos têm significado para os povos do campo, das águas e das florestas, não só a aprofundamento da política contra a reforma agrária e os territórios dos povos originários e tradicionais, mas o recrudescimento da conflitividade e violência em níveis inéditos. No entanto, para o entrevistado, o recurso ao massacre, a “pedagogia do terror” se, por um lado, expressa a voracidade e a desfaçatez do capital pós-ruptura política, também aponta para a resistência dos povos e comunidades nos territórios, demonstrando o movimento de articulação para a construção de uma “teia dos povos”, que existem e não se entregam.

Esperamos que a leitura desses artigos possa oferecer elementos para ampliar nossa compreensão do momento atual e, principalmente, nos instigue a refletir e a crer que o sonho não acabou e que, como aponta Rubem Siqueira, a luta precisa ser intensificada por aqueles que acreditam num outro modelo de sociedade e de Estado, baseados em relações horizontais, que afirmem o necessário equilíbrio com a natureza e o Bem Viver como projeto civilizatório.

Equipe Editorial.